

A integração socioprofissional dos imigrantes: contexto e desafios*

Rui Pena Pires

(Professor no ISCTE e investigador no CIES-ISCTE)

1 Contexto

A partir dos anos 80, a imigração deixou de ser uma componente menor do movimento da população em Portugal. No início do século XXI, a população estrangeira com autorização de residência e permanência aproximava-se dos 400.000 indivíduos, representando cerca de 4% da população residente total.

Na história recente da imigração em Portugal é possível distinguir três períodos (Pires, 2003): o da imigração de África, na sequência da descolonização (fase pós-colonial), o dos anos 80 e 90, marcados pelo crescimento e diversificação dos fluxos migratórios (fase comunitária) e, na viragem do século, o período das novas migrações do Leste e do Brasil (fase da globalização).

Na sequência imediata da descolonização, aumenta bruscamente o número de estrangeiros residentes em Portugal. Aumento que, no entanto, se deve apenas à imigração africana, neste fase sobretudo de Angola (sobretudo por motivos políticos) e de Cabo Verde (por motivos económicos), enquanto diminuem todos os outros fluxos (sobretudo os de origem europeia).

A partir dos anos 80, e acompanhando a tendência observada para o conjunto da Europa mediterrânica (Werth e outros, 1991; Machado, 1997), a imigração em Portugal desenvolve-se aceleradamente. Entre 1980 e 1999, a população estrangeira com autorização de residência em Portugal teve um crescimento médio anual de 6.5%. Neste período, constitui-se um sistema migratório composto, no essencial, por fluxos de

* Versão provisória (não citar).

trabalhadores desqualificados oriundos dos PALOP e por fluxos de profissionais qualificados da UE (e, em menor número, dos EUA). Merece ainda referência a lenta constituição de um fluxo de imigração brasileira caracterizado por uma grande heterogeneidade socioprofissional. No final do período, residiriam em Portugal cerca de 200 mil estrangeiros, dos quais 28% oriundos da UE, 45% dos PALOP e 11% do Brasil.

Quadro 1. População estrangeira residente em Portugal, 2004

	AR	AP	Total
Total	265.361	183.833	449.194
Europa	83.859	101.106	184.965
UE-15	73.689	0	73.689
Alemanha	13.128	0	13.128
Bélgica	2.658	0	2.658
Espanha	15.916	0	15.916
França	9.312	0	9.312
Holanda	5.366	0	5.366
Itália	4.592	0	4.592
Reino Unido	18.005	0	18.005
Outros Europa	10.170	101.106	111.276
Bielorússia	92	1.101	1.193
Bulgária	776	2.849	3.625
Federação Russa	1.158	7.053	8.211
República Moldava	1.042	12.647	13.689
Roménia	1.211	10.944	12.155
Ucrânia	1.497	64.730	66.227
África	123.093	29.808	152.901
PALOP	116.055	24.475	140.530
Angola	26.702	8.562	35.264
Cabo Verde	55.590	8.574	64.164
Guiné Bissau	20.825	4.323	25.148
Moçambique	5.010	461	5.471
São Tomé e Príncipe	7.928	2.555	10.483
Outros África	7.038	5.333	12.371
América	45.161	39.054	84.215
Canadá	1.863	30	1.893
EUA	7.998	63	8.061
Brasil	28.956	37.951	66.907
Venezuela	3.470	0	3.470
Outras América	2.874	1.010	3.884
Ásia	12.410	13.724	26.134
China	5.309	3.909	9.218
Índia	1.699	3.389	5.088
Paquistão	1.358	2.854	4.212
Outros Ásia	4.044	3.572	7.616
Oceânia	553	19	572
Apátridas	273	39	312
Desconhecidos	12	83	95

Nota: os dados das autorizações de residência são provisórios.

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Em finais dos anos 90, começaram a surgir, na imprensa portuguesa, em documentos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e em intervenções de organizações não governamentais, referências à emergência e rápido crescimento de novos fluxos de imigração provenientes do Leste europeu. A verdadeira dimensão desses fluxos só seria visível, porém, com a entrada em vigor do novo regime das autorizações de permanência, instituído pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, que, na prática, passou pela atribuição, em território nacional, de um visto de trabalho a cidadãos estrangeiros residindo irregularmente em Portugal, desde que dispusessem de vínculo laboral com uma entidade empregadora. A regularização massiva efectuada com a atribuição do novo estatuto permitiu ainda detectar um crescimento exponencial da imigração do Brasil.

Com estes novos fluxos, observa-se um crescimento abrupto da população estrangeira em Portugal no final da década de 1990 e início da década actual: em 31 de Dezembro de 2004, viveriam em situação regular em Portugal cerca de 440 mil estrangeiros (mais do dobro do que em 2000), representando 4,4% da população total do país. Destes, cerca de 60% tinham autorização de residência beneficiando os restantes 40% do estatuto de autorização de permanência.

Este crescimento e diversificação da imigração a partir de finais dos anos 90 são explicáveis pela conjugação de factores externos e internos.

No plano externo, deve ser destacada a pressão emigratória nos países de origem dos migrantes (Brasil e Europa do Leste, sobretudo), bem como as dinâmicas induzidas pela integração europeia. Importa ter presente que a nova imigração de países de Leste europeu se deve não apenas a processos de desorganização social inerentes à transição político-económica em que esses países estão envolvidos, mas também à acumulação, durante anos, de um potencial migratório não realizado: “retrospectivamente, é hoje claro que o fim da Guerra-fria representou um marco na história das migrações globais, pondo fim a um regime político que manteve artificialmente baixas, por mais de 40 anos, os níveis da emigração mundial” (Massey, 1999: 311).

No plano interno, devem sobretudo destacar-se as mudanças ocorridas nos planos sociodemográfico e empresarial. No plano sociodemográfico, vivia-se uma fase de progressivo esgotamento das reservas internas de mão-de-obra devido ao recrudescimento da emigração, ao rápido decréscimo e a manutenção em baixa da taxa de fecundidade (dificultando a substituição de gerações) e à acelerada feminização da população activa. No plano empresarial, generalizavam-se lógicas de precarização da

relação salarial em diferentes sectores, práticas de gestão baseadas na subcontratação das actividades não nucleares ou não permanentes da empresa (*outsourcing*), bem como processos de concentração como os das actividades comerciais nas grandes superfícies. Em consequência, cresceram os segmentos do mercado de trabalho que Piore (1979) e Portes (1999) qualificam como pertencentes ao sector secundário, caracterizados por maior precariedade ligada ao carácter não contínuo da laboração (sobretudo construção), informalidade da relação de trabalho (sobretudo construção e limpeza), e, em geral, horários de trabalho excêntricos e prolongados, baixas remunerações e status reduzido — características que os tornam pouco atractivos localmente, e onde tende a ser portanto maior a procura de trabalho imigrante. Este crescimento do sector secundário é compatível com a análise de Dornelas sobre a persistência, em Portugal, como noutros países do Sul da Europa, de um “sistema de baixos padrões laborais” caracterizado por “um nível de flexibilidade salarial muito elevado [...], percentagens muito elevadas de trabalhadores com baixos salários [...], bem como a existência dos níveis de dispersão salarial mais elevados da União Europeia” (Dornelas, 2001: 510-1).

O crescimento da imigração por crescimento da procura nestes sectores do mercado de trabalho traduziu-se no predomínio dos fluxos de migrações de trabalho, desqualificados em termos das ocupações no destino, alterando-se assim o modelo polarizado que caracterizava o padrão das migrações para Portugal desde os anos 80. Mesmo se, ironicamente, com a imigração do Leste, tivesse crescido o número de imigrantes com qualificações escolares acima da média nacional.

2 Desafios

Sendo heterogénea a população activa imigrante, em consequência da confluência e acumulação de fases migratórias com características tão diferentes, são também diversos os desafios que se colocam na sua integração socioprofissional.

Em primeiro lugar, o **desafio da regularização**. A situação de irregularidade representa o grau zero da integração em todos os domínios da situação migrante, e sobretudo nos domínios mais instrumentais da vida social, como é o caso da actividade económica, profissional. Desafio em que é interpelado, directamente, o Estado português.

Em segundo lugar, o **desafio do ensino do português** a estrangeiros adultos, bem como aos seus filhos menores. A partilha de competências comunicacionais é fundamental para o sucesso da integração seja no plano relacional seja no da inserção

socioprofissional. Este é um desafio que envolve predominantemente as populações oriundas do Leste europeu, mas também as minorias asiáticas, e em que são interpeladas tanto a Administração como a sociedade civil.

Em terceiro lugar, o **desafio da certificação** escolar e profissional. As resistências corporativas, obstáculos burocráticos e orientações provincianas ao reconhecimento das certificações obtidas na origem constituem, especialmente no caso da imigração do Leste, uma limitação séria e inaceitável das oportunidades de mobilidade social. Sabendo-se que as expectativas de mobilidade constituem um factor de aceleração da integração, neste desafio são seriamente interpeladas a Administração, as escolas e universidades, bem como as ordens profissionais e outros organismos corporativos.

Em quarto lugar, o **desafio da qualificação do trabalho** imigrante. Prolongando os objectivos do desafio anterior, de ampliação das oportunidades de mobilidade socioprofissional dos imigrantes, trata-se, neste caso, de suprir as carências formativas destes por via da formação profissional e da certificação de competências. A Administração e em particular o IEFPP, bem como as escolas da rede pública e privada, são os agentes neste caso interpelados. Como o é directamente o Estado no que se refere à qualificação do trabalho imigrante por via da **qualificação do posto** de trabalho naquilo em que essa qualificação depende da fiscalização das condições jurídicas e substantivas do funcionamento das organizações empregadoras.

Finalmente, a integração depende da existência de expectativas de mobilidade não apenas para os próprios mas para os seus descendentes. Entre os imigrantes estão alguns dos sectores da população em que são mais fortes as orientações que valorizam o diferimento da satisfação socioprofissional por troca com o sucesso no futuro, do próprio e dos que estão à sua responsabilidade. Garantir a **progressão escolar** dos filhos dos imigrantes mais desqualificados é pois um desafio que a ser bem sucedido impedirá a acumulação de défices de integração na chamada segunda geração e aumentará as possibilidades de integração simbólica dos actuais imigrantes. E aqui são interpeladas, com carácter de urgência, as instituições escolares tanto das vias gerais como das profissionais, bem como as instituições de solidariedade social.

Referências

- Dornelas, António (2001), “Interrogações sobre as perspectivas das relações industriais em Portugal”, em AA.VV, *O Futuro do Trabalho: Novas Relações e Competências*, Oeiras, Celta, pp. 507-518 (cdrom).
- Machado, Fernando Luís (1997), “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 9-44.
- Massey, Douglas S. (1999), “International migration at the dawn of the twenty-first century: the role of the state”, *Population and Development Review*, 25 (2), pp. 303-322.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*, Oeiras, Celta.
- Piore, M. (1979), *Birds of Passage: Migrant Workers and Industrial Society*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta.
- Werth, Manfred, e outros (1991), “L’Immigration de ressortissants de pays tiers dans les États méridionaux de la Communauté européenne”, *Europe Sociale*, suplemento 1/91, Luxemburgo, Comissão das Comunidades Europeias, Direcção-Geral do Emprego, das Relações Industriais e dos Assuntos Sociais.